

## Atos Oficiais

### DECRETO Nº 7.311, DE 30 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a regulamentação da Lei Municipal n.º 6.737 de 30 de março de 2022, que dispõe sobre as diretrizes para as ações da Política Municipal de medicamentos formulados de derivado vegetal à base de canabidiol, em associação com outras substâncias canabinóides, incluindo o tetrahidrocanabidiol, em caráter de excepcionalidade pelo Poder Executivo nas unidades de saúde pública municipal e privada conveniada ao Sistema Único de Saúde – SUS, na Estância Turística de Ribeirão Pires, e dá outras providências.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**CONSIDERANDO** que na história da Medicina e da Farmácia, o uso empírico de extratos vegetais no tratamento de inúmeras doenças humanas evoluiu para o isolamento e a síntese de princípios ativos terapêuticos, e que estes, submetidos a ensaios clínicos cientificamente controlados, podem expressar o seu perfil de eficácia e tolerância;

**CONSIDERANDO** a Lei n.º 8.080/1990, que em seu art. 19-Q, estabelece que a incorporação, a exclusão ou a alteração de novos medicamentos, produtos e procedimentos, bem como a constituição ou alteração de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica são atribuições do Ministério da Saúde (MS). Para cumprir essas atribuições, o MS é assessorado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema único de Saúde (Conitec);

**CONSIDERANDO** que a análise da (Conitec) deve ser baseada em evidências científicas, publicadas na literatura, sobre eficácia, acurácia, efetividade e segurança da tecnologia, bem como a avaliação econômica comparativa dos benefícios e dos custos em relação às tecnologias já incorporadas. É imprescindível que a tecnologia em saúde possua registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e, no caso de medicamentos, preço fixado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED);

**CONSIDERANDO** que a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) é um importante instrumento orientador do uso de medicamentos e insumos no SUS, (âmbito nacional);

**CONSIDERANDO** a Resolução CFM n.º 1.982, de 27 de fevereiro de 2012, que normatiza a aprovação de novos procedimentos e terapias no Brasil pelo CFM;

**CONSIDERANDO** o disposto na Portaria n.º 3.916/GM, de 30 de outubro de 1998, que estabelece a Política Nacional de Medicamentos e define as diretrizes, as prioridades e as responsabilidades da Assistência Farmacêutica para os gestores federal, estadual e municipal do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como as demais legislações vigentes acerca do assunto;

**CONSIDERANDO** a Portaria Interministerial n.º 2.960, de 9 de dezembro de 2008, do Ministério da Saúde que *“Aprova o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e cria o Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos”;*

**CONSIDERANDO** a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC n.º 327 de 9 de dezembro de 2019, que *“Dispõe sobre os procedimentos para a concessão da Autorização Sanitária para a fabricação e a importação, bem como estabelece requisitos para a comercialização, prescrição, a dispensação, o monitoramento e a fiscalização de produtos de Cannabis para fins medicinais, e dá outras providências”;*

**CONSIDERANDO** a RESOLUÇÃO – RDC n.º 335 de 24 de janeiro de 2020 que *“Define os critérios e os procedimentos para a importação de Produto derivado de Cannabis, por pessoa física, para uso próprio, mediante prescrição de profissional legalmente habilitado, para tratamento de saúde”;*

**CONSIDERANDO** a RESOLUÇÃO – RDC n.º 660 de 30 de março de 2022, que *“Define os critérios e os procedimentos para a importação de Produto derivado de Cannabis, por pessoa física, para uso próprio, mediante prescrição de profissional legalmente habilitado, para tratamento de saúde”;*

**CONSIDERANDO** o quanto decidido pelo Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário n.º 1165959/SP, que assevera sobre a possibilidade de fornecimento excepcional de medicamento sem registro na ANVISA, mas com importação autorizada pela agência;

**CONSIDERANDO** o contido na Lei Municipal n.º 6.737 de 30 de março de 2022, que *“Dispõe sobre as diretrizes*

*para as ações da Política Municipal de medicamentos formulados de derivado vegetal à base de canabidiol, em associação com outras substâncias canabinóides, incluindo o tetrahydrocanabidiol, em caráter de excepcionalidade pelo Poder Executivo nas unidades de saúde pública municipal e privada conveniada ao Sistema Único de Saúde – SUS, na Estância Turística de Ribeirão Pires”:*

**CONSIDERANDO**, a necessidade de promover o uso racional de medicamentos no município para alcance da saúde individual e coletiva;

**CONSIDERANDO** a necessidade de qualificar os serviços de assistência farmacêutica e de outros que têm os medicamentos como seus insumos essenciais,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Este Decreto regulamenta o uso compassivo de Medicamentos de derivados vegetal à base de canabidiol, em associação com outras substâncias canabinóides, incluindo o tetrahydrocanabidiol, como terapêutica médica e para o tratamento da Rede Básica de Saúde.

**Parágrafo único.** Os médicos prescritores do uso compassivo de Medicamentos de derivados vegetal à base de canabidiol, em associação com outras substâncias canabinóides, incluindo o tetrahydrocanabidiol, como terapêutica médica, deverão ser previamente cadastrados para esse fim específico no CRM/CFM, nos termos da resolução CFM nº 2.113/2014.

**Art. 2º** - A prescrição médica deverá estar de acordo com a diretriz terapêutica recomendada e aprovada pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec).

**Parágrafo único:** É imprescindível que a tecnologia em saúde possua registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e, no caso de medicamentos, preço fixado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED).

**Art. 3º** Os pacientes submetidos ao tratamento compassivo com medicamentos de derivados vegetal à base de canabidiol, em associação com outras substâncias canabinóides, incluindo o tetrahydrocanabidiol, como terapêutica médica, deverão ser cadastrados no Sistema de CRM/CFM para o monitoramento da segurança e efeitos colaterais, nos termos da resolução CFM nº 2.113/2014.

§1º Os pacientes submetidos ao tratamento descrito no *caput* deverão preencher os critérios de indicação e contraindicação para inclusão no uso compassivo e doses adequadas a serem utilizada.

§2º Os pacientes submetidos ao tratamento compassivo descrito no *caput*, ou seus responsáveis legais, deverão ser esclarecidos sobre os riscos e benefícios potenciais do tratamento por Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

**Art. 4º** É vedado ao médico a prescrição da cannabis *in natura* para uso medicinal.

**Parágrafo único.** O grau de pureza de medicamentos de derivados vegetal à base de canabidiol, em associação com outras substâncias canabinóides, incluindo o tetrahydrocanabidiol, como terapêutica médica e sua forma de apresentação, devem seguir as determinações da Anvisa.

**Art. 5º** Este decreto deverá ser implantado em duas etapas, sendo a primeira com prazo de 4 meses, a contar de sua publicação para adaptação e orientação dos médicos da Rede Básica de Saúde. Após esse prazo, começa a contagem do período de 24 meses para avaliação e rastreamento no Centro de Especialidades Médicas dos casos eletivos que poderão utilizar o medicamento.

**Parágrafo único.** Os prazos descritos no *caput* poderão ser alterados, mediante justificativa da autoridade competente.

**Art. 6º** Com o cumprimento do artigo 5º, deverá ser avaliada a literatura científica vigente à época para dispensação de medicamentos de derivados vegetal à base de canabidiol, em associação com outras substâncias canabinóides, incluindo o tetrahydrocanabidiol, como terapêutica médica, desde que incorporados na relação nacional de medicamentos do Sistema Único de Saúde (RENAME);

**Art. 7º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

e 68º da Instalação do Município.

**CLÓVIS VOLPI**  
Prefeito

**RANGEL FERREIRA**  
Secretário de Assuntos Jurídicos

**AUDREI DA ROCHA SILVA**  
Secretário de Saúde e Higiene

Processo administrativo nº1113/2022

**LEI Nº 6.754, DE 27 DE MAIO DE 2022**

**Dispõe sobre a revisão geral anual dos salários dos servidores da Câmara Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires e dá outras providências. (Autoria: Mesa Diretora)**

**CLÓVIS VOLPI**, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** - Para fins da Revisão Geral Anual prevista no artigo 37, X da Constituição Federal, referida na Lei Municipal n.º 5.547 de 20 de junho de 2011, alterada pela Lei Municipal nº 6.738 de 07 de abril de 2022, a partir de 1º de maio de 2022, os salários dos servidores efetivos e comissionados do Poder Legislativo, ficam corrigidos em 10,80%.

**Art. 2º** - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias dos orçamentos vigentes, suplementadas se necessário.

**Art. 3º** - **Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2022.**

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 27 de maio de 2022 - 308º Ano da Fundação e 68º da Instalação do Município.

**CLÓVIS VOLPI**  
Prefeito

**RANGEL FERREIRA**  
Secretário de Assuntos Jurídicos